

A formação do padre Jesuíta no século XVI

The training of the Jesuit priest in the 16th Century

Célio Juvenal Costa

Dr. em Educação Unimep. Prof. Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá
e-mail: costacelio@terra.com.br

Resumo

Apresentar as características da formação do padre jesuíta nos primeiros decênios da existência daquela organização é o que propõe este artigo. A Companhia de Jesus nasceu em 1534 e foi oficializada em 1540, apresentando-se como uma organização religiosa que expressava as discussões e necessidade da Reforma Católica do período. Em poucos anos ela se tornou uma das principais ordens religiosas do mundo e, no caso do Brasil foi, sem dúvida, a mais importante em todo período colonial. A formação educacional daqueles padres é apresentada em quatro aspectos, distintos apenas metodologicamente: a formação rigorosa, a escolástica, a técnica e a missionária. Essa forma de entender e apresentar a educação do futuro jesuíta permite mostrar duas grandes características que marcam a racionalidade e atuação deles: a tradição escolástica e o enfrentamento e absorção na nova realidade.

Palavras-chave

Educação; Companhia de Jesus; Ratio Studiorum; racionalidade jesuíta.

Abstract

This article intends presenting the characteristics of the training of the Jesuit priest in the first decades of the existence of that organization. The Company of Jesus came into being in 1534 and was made official in 1540, presenting itself as a religious organization that expressed the discussions and needs of the Catholic Reform of that period. Within a few years it became one of the main religious orders of the world and, in the case of Brazil, it was, without doubt, the most important of the colonial period. Four aspects of the educational training of the priests is presented, differing only in methodology: rigorous, scholastic, technical, and missionary training. This manner of understanding and presenting the future Jesuit allows us to show two great characteristics that mark their rationality and their action: their scholastic tradition and their acceptance and absorption of the new reality.

Key words

Education; Company of Jesus; Ratio Studiorum; Jesuit rationality.

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que nasceu sob os auspícios da Reforma da Igreja Católica e com um grande objetivo: reconquistar a cidade de Jerusalém para os cristãos. Deste ideal francamente cruzadístico até os trabalhos ligados às cortes, à educação e às missões, por meio dos quais a Companhia tomou sua forma definitiva, vários anos se passaram. O caráter educativo e, principalmente, missionário dos padres jesuítas, não nasceu pronto e longe estava de ser um objetivo quando da fundação da nova ordem em 1534. Como verdadeiro instrumento reformador, a *Societas Iesu*, organização religiosa específica com Constituições próprias, construiu-se historicamente ao assumir determinadas atividades avaliadas como importantes; avaliação feita a partir da experiência de outras ordens religiosas e da necessidade da Igreja e das Coroas cristãs.

Dois aspectos inseparáveis explicam, genericamente, a atuação histórica da Companhia de Jesus, pelo menos nas primeiras décadas de sua existência: o fundamento teológico e filosófico da escolástica como o elemento conservador, e o enfrentamento de inéditas experiências ligadas ao processo de expansão da sociedade ocidental como o elemento novo, como o desconhecido e moderno de sua atuação. Os jesuítas assumiram, com o tempo, esses dois fundamentos como essenciais para a atuação em seus diversos meios, principalmente, os relacionados ao Império português do século XVI.

A formação do jesuíta passava pela tradição e pela novidade, pela capacitação competente tanto no fundamento escolástico e místico quanto nas novas

necessidades técnico-intelectuais. Referir-se à formação do padre jesuíta é compreendê-la, e a Companhia, como um todo, como algo que se desenvolveu historicamente, não nascida pronta e acabada. Exemplo disto são os dois documentos fundamentais que a Companhia produziu no século XVI: as Constituições e o *Ratio Studiorum*, os quais ficaram prontos depois de vários anos entre a primeira redação e a formatação final e isso após experiências práticas e avaliações teóricas.

A compreensão da formação do jesuíta passa por quatro aspectos, independentes, porém interligados: formação rigorosa, escolástica, técnica e missionária; se bem que por vezes essa distinção é mais metodológica do que real.

A formação rigorosa

Os futuros padres jesuítas eram forjados em casas específicas onde se privilegiava a formação intelectual aliada ao aprimoramento da virtude: os seminários e os colégios. Tão comuns a partir do século XVII os seminários eram novidade nos anos *quinhetos*, pois não se tratava, no caso dos jesuítas mais especificamente, da reunião de jovens segundo o modelo monástico, não existiam mais as exigências de severos autocastigos ou mesmo as orações entoadas em coro.

A criação e manutenção de seminários em todas as dioceses foi uma das principais determinações do Concílio de Trento (Mullett¹, 1985). Eles deveriam ser um espaço para uma formação mais rígida em Teologia, História da Igreja e Latim para os futuros padres.

Entre os jesuítas essa preocupação conciliar foi elevada à máxima potência, na medida em que a formação em Letras, em Filosofia e em Teologia abrangia todo um extenso e rigoroso conteúdo escolástico aliado às mais recentes discussões teológicas, revelando a prioridade de se fazer uma formação mais profissional dos futuros sacerdotes. Na formação dos jesuítas, pela estrutura dos seminários, pelas classes, pela organização interna, pelas inovações e pela busca de uniformidade, ressalta-se, segundo Mullett, três aspectos importantes: a liturgia, a pregação e a confissão; que são três momentos privilegiados da atuação dos padres, por meio dos quais, se dava prioritariamente a evangelização seja entre os próprios cristãos, seja entre os gentios. Os jesuítas aprendiam tanto o conteúdo cristão quanto a melhor forma de transmiti-lo.

A formação do futuro jesuíta era acima de tudo rigorosa. Apenas como um exemplo inicial desse rigor, as **Constituições** previam, na sua quinta parte – *Incorporação na Companhia daqueles que assim foram formados* – que para o estudante se tornar professo e entrar de vez para a Ordem, deveria ser examinado com muito rigor em lógica, filosofia e teologia escolástica perante uma banca de quatro examinadores². O futuro padre tinha que mostrar domínio do conteúdo de toda uma vida de estudante, desde os estudos básicos em Artes, até os relativos às faculdades Menor e Maior, ou seja, faculdades de Filosofia e Teologia.

Uma característica da educação dos jesuítas em geral e mais particularmente do futuro membro da Companhia era a disci-

plina como meio de se obter o máximo de rendimento do estudante. A disciplina aliada à punição dava o tom de seriedade necessário para a dedicação aos estudos.

Francisco Rodrigues³ (1917) faz referência à disciplina como algo fundamental e não meramente acessório na pedagogia jesuítica. O maior historiador dos jesuítas em Portugal procura evidenciar o lado positivo da disciplina nos colégios jesuíticos, apoiando-se propositalmente em argumentos de um pedagogo protestante:

(...) A disciplina, escreve o eminente pedagogo já citado, é para a educação o que a casca é para a árvore (...) A casca parece-nos apenas um involucro grosseiro, mas conserva na árvore e em todas as suas partes a força e o viço. Assim é a disciplina: parece-nos-há uma casca um tanto aspera e escabrosa da educação, mas é ella que tudo conserva, educa e robustece (DUPANLOUP. *De l'Éducation*. I. p. 178). (RODRIGUES, 1917, p. 28-29)

A punição e o castigo eram utilizados na formação do jesuíta como meios pedagógicos, ou seja, como estímulos externos para a manutenção da disciplina, pois o homem é um ser débil por natureza e deixado a si mesmo dificilmente se mantém reto:

Mas a disciplina, ainda que vigilante não impede todas as faltas; tem que ser também *repressiva*, corrigindo o culpado. É uma consequencia da debilidade do homem, que não baste o sentimento do dever para lhe refrear os ímpetos da paixão, mas seja necessária alguma vez a dureza do castigo para lhe robustecer a fraqueza da vontade e lhe ter mão na inconstancia. Nem a punição moderada é offensa á dignidade do homem, mas antes o ajuda a levantá-la, nem argúe desaffeição em quem a dá, mas amor. A Escripura deixou em provérbio:

Qui parcat virgae, odit Filium [Quem não faz uso da vara odeia seu filho] (Provérbios, cap. 13, v. 24.) (RODRIGUES, 1917, p. 31, com grifo no original)

Tais palavras, tão distantes e estranhas aos dias atuais, sintetiza, de certa forma, uma prática pedagógica que não era apenas jesuítica, mas que se consagrou com a Companhia, principalmente depois que veio à luz o **Ratio Studiorum**, pois tanto a disciplina quanto o castigo em suas variadas espécies e graus de severidade são colocados como pedras angulares da formação nos colégios da *Societas*, principalmente naqueles em que se formavam futuros padres.

Nas *Regras dos Escolásticos de nossa Companhia*, do **Ratio**, apresentam-se alguns exemplos do que consiste a disciplina a que os estudantes estavam submetidos:

3. Estudar de conformidade com a direção do Superior – Siga cada um a faculdade e ouça os professores que lhe assinar o superior; observem todos com empenho o horário e método de estudos prescritos pelo Prefeito ou Professor e não utilizem outros livros além dos que lhe forem dados pelo mesmo Prefeito.

4. Diligência – Sejam assíduos em ouvir as aulas, diligentes em prepará-las e, depois de ouvidas, em repeti-las; perguntem o que não entenderam; tomem nota das cousas mais importantes para auxiliar as deficiências da memória (Ratio, 1952, p. 215).

Quanto às punições, o **Ratio** prescreve desde repreensões verbais até o castigo físico como corretivos de comportamentos indignos; no entanto, o castigo físico deveria ser aplicado por alguém de fora da Companhia de Jesus, o qual exerceria

esta função de forma contínua. Não foi possível saber se esta norma era comum às demais ordens religiosas, mas na regra 38 do *Prefeito de Estudos Inferiores (Letras)* ela é clara:

Por causa dos que faltarem ou na aplicação ou em pontos relativos aos bons costumes e aos quais não bastarem as boas palavras e exortações, nomeie-se um Corretor, que não seja da Companhia. Onde não for possível, excogite-se um modo que permita castiga-los por meio de algum estudante de maneira conveniente. Por faltas, porém, cometidas em casa, não sejam punidos em aula a não ser raras vezes e por motivo bem grave⁴ (Ratio, 1952, p. 174-175).

A disciplina e a punição tinham por base uma concepção de homem por natureza fraco e débil, que necessitava dos tais “estímulos externos” para conseguir realizar ou, em linguagem aristotélico-tomista, conseguir atualizar toda a potencialidade de que era dotado pelo criador. O conteúdo a ser aprendido e apreendido era por si só muito exigente e, sem disciplina dificilmente se conseguiria dar conta de todo ele. Existiram sim autodidatas na Companhia de Jesus, mas a grande maioria dos seus eminentes quadros⁵ foram forjados na forma da disciplina e da punição.

A emulação é outro aspecto presente e incentivado à larga na pedagogia jesuítica, que também denota a rigorosidade de tal formação. Como apenas um exemplo veja-se, novamente nas **Constituições**, o grau de oficialidade e seriedade com que as disputas eram incentivadas como meio para se aprender mais e demonstrar publicamente o que se aprendeu:

(...) É bom que haja no colégio cada domingo, ou em algum outro dia da semana, depois da refeição, um estudante de cada classe das artes e de teologia, designado pelo Reitor, para defender algumas teses, a não ser que se dêem razões especiais em contrário. As teses serão afixadas na véspera à tarde, à porta das aulas, a fim de que os que quiserem possam participar no debate ou assistir a ele. Depois de provadas brevemente as teses, poderão arguir todos os que quiserem, de casa ou de fora. Haverá um presidente para dirigir a discussão, resolver as questões e deduzir com clareza a doutrina de que se trata, para utilidade dos presentes. É ele que dará o sinal de acabar aos que tomem parte na discussão, repartindo o tempo de modo que todos possam participar nela. (Constituições, 1997, p. 133-134, [378])

Um pouco mais à frente no texto das **Constituições**, novamente se volta ao assunto dos estímulos aos estudantes indicando que "será bom juntar alguns de talentos iguais que mutuamente se animem com santa emulação" (Constituições, 1997, p. 134, [383]).

A emulação também não é uma prática pedagógica exclusiva da Companhia, pois a própria escolástica já previa as competições entre os estudantes; mas, entre os jesuítas ela assumiu um caráter praticamente essencial na sua pedagogia, criando um incentivo, um "estímulo externo" a mais, para que o estudante realmente aprendesse aquele conteúdo. Incentivo que pode ser entendido também como uma forma de se obter resultados mais rápidos, elevar o "padrão de qualidade" mínimo e criar um *status* dentro da própria Companhia, o qual serviria, em futuro próximo, como um critério a mais para se escolher os melhores homens para os postos mais importantes.

Leonel Franca (1952) destaca a emulação em boa parte de sua apresentação da metodologia do **Ratio**, afirmando a sua importância para a formação do futuro jesuíta. Ele resume, já na organização da sala de aula, o processo intencional de se estabelecer a "sadia" competição:

A aula era dividida em dois campos, romanos e cartaginenses, cada qual com o seu estandarte; em cada campo disputavam-se por ordem de merecimento os diferentes graus da hierarquia militar; todo aluno tinha no campo adverso um êmulo, rival ou oponente sempre pronto a advertir-lhe os erros e contar, corrigindo-os, uma vitória para sua bandeira. Emulação entre os dois partidos; emulação dentro de cada partido onde os postos de honra e de comando só eram conquistados e mantidos à custa de provas e merecimentos escolares. Não raro ainda emulação e luta mais solene entre uma aula toda e imediatamente superior. O desafio, *concertatio*, freqüente mantinha assim oficiais e soldados num estado de alerta permanente. As regras do *Ratio* recomendavam-no em todas as escolas inferiores, *ut honesta aemulatio, quae magnum ad studia incitamentum est, foveatur* [que se favoreça a honesta emulação, que é grande estímulo aos estudos]. J-31 : era uma adaptação feliz da *disputatio* tão freqüente nos grandes torneios filosóficos e teológicos da Idade Média. (Franca, 1952, p. 38-39)

No **Ratio Studiorum** há várias passagens em que o assunto principal é a emulação entre os estudantes. Ora estabelecendo a sua necessidade por meio de instigações, ora definindo os seus momentos mais importantes; o clima de competição perpassa praticamente todo o documento, fazendo dela presença concreta e praticamente essencial à pedagogia jesuítica.

Como um exemplo, veja-se o que prescreve a regra 17 para o *professor de Filosofia*:

Cada mês haja uma disputa na qual arguam não menos de três, de manhã e outros tantos, de tarde; o primeiro, durante uma hora, os outros, durante três quartos de hora. Pela manhã, em primeiro lugar dispute um teólogo (se houver teólogos em número suficiente) contra um metafísico, um metafísico contra um físico, um físico contra um lógico; de tarde, porém, metafísico contra metafísico, físico contra físico, lógico contra lógico. Assim também pela manhã um metafísico e pela tarde um físico poderão demonstrar uma e outra tese breve e filosoficamente (Ratio, 1952, p. 162-163)

É importante ter em conta que o **Ratio** é um documento que se dirige à educação nos colégios e faculdades jesuíticas de uma forma geral, englobando tanto os chamados “escolásticos”, ou seja, os seminaristas ou aqueles que estavam estudando para se tornar jesuítas, quanto os alunos de fora da Companhia. No entanto, em uma leitura mais atenta deste documento, pode-se afirmar que em sua grande maioria, as regras foram escritas visando, primeiro, aos futuros jesuítas, pois ao estabelecer uma rigorosa educação para eles, por derivação, os estudantes de fora da Companhia também seriam atingidos.

Outro aspecto relacionado à emulação é o incentivo final da instigada competição, quer seja, a premiação. Franca procura evidenciar os prêmios com incentivo “poderoso à emulação fecunda” (1952, p. 39), pois os momentos de entrega deles eram solenes, com a presença de altas autoridades eclesásticas e civis e dos familiares. Os prêmios, como coroamento da emulação, não foram inven-

tados pelos jesuítas, mostra Franca, mas à sua importância e à sua distribuição, a Companhia de Jesus, por meio do Ratio, deu “tal realce e esplendor que a elevaram à altura de um dos atos mais importantes e ansiosamente desejados da vida escolar” (p. 39).

Para se ter uma idéia aproximada da importância dos prêmios como auge e alvo das inúmeras formas de competição entre os estudantes, existe no **Ratio** uma sessão exclusiva sobre *Normas de distribuição de prêmios*, cuja primeira regra prescreve a quantidade dos prêmios no que toca apenas às classes inferiores, ou seja, do curso de Letras:

Para a classe de Retórica haverá oito prêmios: dois para prova latina, dois para poesia; dois para prosa grega e outros tantos para poesia. Para a classe de Humanidades e a primeira classe de Gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se a poesia grega que, de regra, não ocorre abaixo da Retórica. Para todas as outras classes inferiores, quatro prêmios, omitindo-se também a poesia latina. Além disso, dê-se também, em todas as classes, um prêmio ao aluno ou aos dois alunos que melhor houverem aprendido a doutrina cristã. Conforme o número, grande ou pequeno dos estudantes, poderão distribuir-se mais ou menos prêmios, contanto que se considere sempre mais importante o de prosa latina (Ratio, 1952, p. 178).

A competição entre os estudantes não era livre e sim dirigida, acompanhada e avaliada pelos professores e reitores. A emulação era intencional e desta forma também fez parte da forja que preparava os quadros jesuíticos.

Como papel de destaque neste processo rigoroso de formação está a figura do professor. Pode-se afirmar, com

Rodrigues, que o sistema pedagógico jesuítico dependia do professor para se realizar por completo. Era ele o responsável direto pelo conteúdo, por si só bastante complexo; era ele quem garantia a disciplina e apontava a necessidade da punição; era ele quem coordenava todo o processo de emulação entre os estudantes; principalmente, o professor era a própria síntese da dupla formação do futuro jesuíta: era padre e intelectual.

O professor era o primeiro exemplo do estudante jesuíta e, por isso mesmo, teria que ter uma vida exemplar, tanto no sentido de uma vida reta quanto no sentido de aliar a vontade à inteligência. Rodrigues mostra três qualidades necessárias aos professores: a ciência, a prudência e a fidelidade:

(...) Benci, auctorizado pedagogo jesuita do século XVI, requeria no professor três qualidades absolutamente necessarias: *Scientia, Prudentia, Fides*. Na sciencia incluia os conhecimentos precisos das materias de ensino; pela prudencia entendia o methodo e tino para o applicar e na lealdade comprehendia o conjunto de dotes moraes que tornam um mestre perfeito. Todas estas qualidades procurava, segundo suas leis, a Companhia de Jesus que as tivessem os professores dos seus collegios e universidades (RODRIGUES, 1917, p. 91-92).

O papel que o professor desempenha no processo educativo é tão importante no **Ratio** que a formação específica dos mestres requereu preocupação dos jesuítas. Franca mostra que o caminho para se tornar um professor dos colégios jesuíticos era longo e igualmente rigoroso. Para ser professor, por exemplo, no curso de Letras – cursos inferiores – eram necessários dois anos de um estágio próprio para um aper-

feiçoamento moral para só então começar a formação intelectual, na qual:

dois outros anos são ainda consagrados ao estudo mais profundo das letras clássicas, latim, grego, hebreu. No esboço do *Ratio* de 1586 aventou-se a idéia de encaminhá-los então imediatamente ao magistério. Foram quase unânimes as reclamações das províncias contra esta medida. Uma sólida formação filosófica de, pelo menos, três anos, pareceu-lhes preparação indispensável ao exercício fecundo do ensino. A filosofia dava aos futuros mestres uma visão orgânica da vida, amadurecia-lhes o espírito, e, com mais três anos de estudo, também a experiência da vida (FRANCA, 1952, p. 53-54).

O futuro professor do curso de filosofia ou de teologia, além de ter feito o curso de teologia, faria mais dois anos de especialização, e “só depois dos trinta anos, por via de regra, termina o professor jesuíta a sua formação intelectual” (FRANCA, 1952, p. 54). Além do conteúdo formativo, havia uma formação mais técnica, didática, diríamos hoje, para o exercício pleno do magistério.

No início do **Ratio**, na regra 22 *do Provincial*, há a prescrição de se formar bons professores por meio de estudos específicos, denotando ser este um aspecto muito importante para a organização escolar da Companhia:

Para conservar o conhecimento das letras clássicas e alimentar um seminário de professores, procure ter na Província pelo menos, dois outros varões eminentes em literatura e eloquência. Para este fim entre os bem dotados e inclinados para este gênero de estudos, designará, de quando em quando, alguns, suficientemente formados em outras disciplinas, a fim de constituírem, com o seu trabalho e esfor-

ço, um como viveiro ou seara que ali-mente e propague a raça dos bons pro-fessores (*Ratio*, 1952, p. 126).

E na nona das *Regras do Reitor* a preparação técnica e prática dos futuros professores fica ainda mais clara:

Para que os mestres dos cursos inferiores não comecem a sua tarefa sem prepara-ção prática, o Reitor do colégio donde cos-tumam sair os professores de humanida-des e gramática escolha um homem de grande experiência de ensino. Com ele, vão ter os futuros mestres, em se aproxima-do o fim dos seus estudos, por espa-ço de uma hora, três vezes na semana, afim de que, alternando preleções, dita-dos, escrita, correções e outros deveres de um bom professor, se preparem para o seu novo ofício (*Ratio*, 1952, p. 134-135).

A preocupação com a formação ade-quada de professores pode ser medida quando da fundação do Colégio Romano 1551 com o objetivo de servir de "*centro de modelo das instituições congêneres disse-minadas pelo mundo*", onde se estabeleceu pelo próprio Loyola, que esta nova ins-tituição seria uma espécie de "Escola Superior de Licenciatura" para toda a Com-panhia, ou seja, teria a tarefa de preparar, entre os estudantes jesuítas, "os futuros pro-fessores, adestrando-os nos melhores mé-todos e pondo-os em contato imediato com os educadores mais abalizados" (FRANCA, 1952, p. 04). Também em outros lugares foram criados seminários pedagógicos, sen-do um deles criado junto ao Colégio de Coimbra, por Cipriano Soares, em 1569.

A Formação Escolástica

O professor personalizava, de certa forma, a rigorosidade como marca da for-mação do futuro jesuíta. Personalizava, tam-bém, o outro aspecto a se destacar naquela formação: tratava-se de uma formação es-colástica, não no sentido ideológico usual-mente utilizado, mas no sentido de que o saber principalmente da filosofia e da teolo-gia tinha por base o que a escolástica tomista produziu e que, em certa medida, ainda se mantinha atual do ponto de vista da Igreja.

Na quarta parte das **Constituições**, a que trata da educação, o único autor cris-tão que é citado como fonte de estudos tanto na universidade, no caso da teologia, quanto nas faculdades menores, ou seja, a filosofia, é S. Tomás de Aquino. Os outros assuntos relativos à teologia e filosofia são tratados de forma genérica, como, por exemplo, o de se assegurar ao estudante a melhor doutrina através dos melhores au-tores. No caso específico da filosofia natural e moral e na metafísica, as **Constituições** recomendam seguir a doutrina de Aristóteles, o que na prática significa ratificar a teoria escolástica tomista. Apenas estes dois autores, S. Tomás e Aristóteles, são ci-tados no livro das regras e normas da Com-panhia de Jesus, o que por si só, poderia caracterizar como escolástica a formação do futuro jesuíta.

No **Ratio** são vários os momentos em que explicitamente se definem as auto-ridades de S. Tomás de Aquino na teologia e a de Aristóteles na filosofia como inques-tionáveis e indispensáveis. Na trigésima das *Regras do Prefeito de Estudos* sobre quais

e que tipos de livros os estudantes deveriam ter em mãos, se lê:

Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia não se ponham todos os livros mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o Reitor se convém se lhes dê algum Santo Padre. Além disto, dê a todos os estudantes de teologia e filosofia algum livro de estudos clássicos e advirta-lhes que lhe não descuidem a leitura, em hora fixa, que parecer mais conveniente (Ratio, 1952, p. 143).

Especificamente sobre S. Tomás de Aquino, como o “doutor” adotado pela Companhia, se prescreve na regra 2 do *Professor de Teologia*, que o tomismo deve ser seguido sempre em termos teológicos, mas não de modo tal que não se deva em algum momento apartar-se dele:

Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que se não devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes dele se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estreitamente do que os próprios tomistas⁶ (Ratio, 1952, p. 152).

Já na regra 2 do *Professor de Filosofia* praticamente as mesmas recomendações são feitas, só que nesse caso, para com a

leitura de Aristóteles:

Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé. Semelhantes argumentos de Aristóteles ou de outro filósofo, contra a fé, procure, de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutar com todo vigor (Ratio, 1952, p. 159).

Os cursos e matérias que compunham os graus na educação jesuítica denotam, como não poderia deixar de ser, um conteúdo escolástico que, a rigor, concebia a Teologia como o ápice da formação do futuro padre, tendo as Humanidade e a Filosofia como suas auxiliares.

Toda a carreira dos estudos se divide em tres cursos parciais, distintos, mas dependentes uns dos outros emquanto o inferior é degrau e preparação para os superiores: o curso de letras ou linguas, o de philosophia ou de artes e o de theologia. O curso de *letras* prepara para o de *philosophia* e este para o *theologia*, á qual se entregava com particular empenho a Companhia como a estudo que mais directamente aproveitava para realizar suas aspirações religiosas (RODRIGUES, 1917, p. 41, com grifos no original)⁷.

O latim era a língua oficial do colégio, que, aprendido no curso de letras, era aperfeiçoado nos cursos de filosofia e de teologia. Existe uma tendência na historiografia que ao conceber a pedagogia jesuítica como humanista credita ao ensino do latim e do grego principalmente o papel de porta de entrada para uma espécie de renascimento, principalmente por recuperar a elegância dos escritos latinos e gregos. Seria o que Dias (1960) conceitua de humanismo cristão.

No curso de Letras ou Humanidades se estudava gramática latina, humanidades e retórica e se travava conhecimento com a língua grega. Neste curso se “olhava sobretudo pela elegância, harmonia do estilo e abundância da linguagem” (Rodrigues, 1917, p. 51). A preocupação não era tanto com o conteúdo propriamente dito, mas com a apreensão da forma como pré-requisito para o conhecimento relativo aos outros cursos.

O grande objetivo dos cursos inferiores era o de moldar a alma dos jovens e criar a forma cristã necessária para o ensinamento igualmente religioso. Na primeira das *Regras comuns aos Professores das Classes Inferiores* prescreve o **Ratio**:

Aos jovens confiados à educação da Companhia forme o Professor de modo que aprendam, com as letras, também os costumes dignos de um cristão. Concentre de modo especial a sua intenção, tanto nas aulas quando se oferecer o ensejo como fora delas, em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus, bem como nas virtudes com que lhe devemos agradecer (...) (Ratio, 1952, p. 181).

Na apreensão de Franca, o grande objetivo do curso de Letras, assinalado no **Ratio**, é inculcar no aluno a forma elegante e clássica de se expressar, além de conhecimentos básicos e gerais que vão enformando o aluno para a ciência escolástica que se seguirá:

Como se vê, o objetivo do curso humanista é a arte acabada da composição, oral e escrita. O aluno deve desenvolver todas as suas faculdades, postas em exercício pelo homem que se exprime e adquirir a arte de vazar esta manifestação de si mesmo nos moldes de uma expressão perfeita. As classes de gramática asseguram-lhe uma

expressão clara e exata, a de humanidades, uma expressão rica e elegante, a de retórica mestria perfeitamente na expressão poderosa *ad perfectam eloquentiam informat* [que diz respeito à perfeita eloquência] (Franca, 1952, p. 29).

Para Franca, ainda, a pedagogia jesuítica propugna claramente por um aprendizado mais leve no início e um conteúdo mais pesado depois, traduzindo essa relação pelos termos arte e ciência. A formação clássico-humanista é artística, ou seja, incita a imaginação, a liberdade e a expressão, ao passo que a formação filosófico-teológica se pauta na ciência, no estudo profundo, nos axiomas, nas demonstrações, nas leis. O que molda o espírito é a arte; portanto, o curso de Letras é, antes de mais nada, fundamentado na arte.

A marca registrada do curso de Humanidades ou Letras é, portanto, a criação de uma forma elegante, clássica e erudita de se expressar, forma, aliás, perfeitamente moldada para que o conhecimento filosófico e teológico pudesse ser plenamente apreendido e desenvolvido. Os cursos inferiores forneceriam a boa semente para as sementes dos cursos superiores, principalmente da teologia. A forja que formava os futuros jesuitas principiava pela forma aprimorada e depois pelo saber escolástico.

Ao terminar o curso de Letras, o estudante jesuíta iniciava sua formação filosófica, na qual se aprendia Lógica, Física, Metafísica e Ética:

(...) Sob roupagem transparente de uma linguagem castiça e adornada com as galas encantadoras de um estilo apurado, haja substância de bons pensamentos dispostos em boa ordem e concatenados

pelos liames do raciocínio legítimo. Este é o empenho da filosofia, que se propõe ministrar, à nova inteligência doutrinada e copiosa, não a pedaços soltos mas systematizada e unida segundo as leis da boa lógica (RODRIGUES, 1917, p. 55-56).

Cabe à Filosofia fornecer a base lógica e científica da teologia, além de ser suporte para as ciências físico-naturais, como, por exemplo, a Matemática, a Biologia e a Física⁸. O curso de Filosofia tinha a tarefa de preparar o aluno para os cursos da faculdade de Teologia. Na prática o que se via e o que se defendia era a tradicional definição da filosofia como serva da teologia:

De acordo com as diretrizes superiores da Companhia, a doutrina teológica atravessava verticalmente os cursos. A ela se acomodavam as “humanidades” sob a espécie de classicismo católico e dela dependiam ancilarmente os complementares estudos “filosóficos”. Por “filosofia” entenda-se, no jargão tomado do aristotelismo escolástico, um sistema de saberes de lato âmbito, que, em escala ascendente de dignidade hierárquica, abarcava, precedido pela “dialéctica” enquanto técnica de pensar e argumentar mediante o mecanismo silogístico, o grupo das matérias físico-naturais, seguido, no topo, pelo das morais e metafísicas – mas todas elas uma longa propedêutica para a teologia católica, ministrada na universidade eclesiástica que os jesuítas mantinham desde 1559 em Évora, além de na de Coimbra. Em qualquer circunstância, o ingresso nas outras faculdades maiores desta última academia – Cânones, Leis e Medicina –, que é o mesmo que dizer nas carreiras da Igreja e do Estado, passava pelos mesmos preparatórios da “filosofia” (MENDES, 1993, p. 407).

A formação escolástica do futuro jesuíta completava-se com o curso de

Teologia, que segundo as **Constituições** é o meio mais apropriado para ajudar o próximo a amar e conhecer a Deus e a salvar sua alma, ou seja, o meio mais adequado para realizar o fim da Companhia de Jesus. As matérias que compunham este curso eram a Teologia Escolástica e Positiva, a Sagrada Escritura, a Moral, a Casuística, o Hebreu e, dependendo do caso, as Línguas Orientais.

O curso de Teologia era o ápice de toda a formação escolástica do futuro jesuíta, devendo dominar perfeitamente os conteúdos, principalmente no seu aspecto mais prático, de como, na condição de padre, doutrinar as pessoas por meio das pregações e das confissões.

Os cursos que compunham a formação escolástica do jesuíta tinham o objetivo de despertar e estimular faculdades intelectuais. Rodrigues informa que com a gramática se desenvolve a memória, com a literatura a imaginação e com as ciências – filosofia e teologia – o entendimento.

(...) Não é que estas faculdades devam nunca separar-se no seu exercício; a inteligência, a phantasia e a memoria hão de acompanhar-se sempre umas das outras e dar-se mutuo auxilio na educação do homem; mas havemos de admitir que obtem não simultaneo nem igual desenvolvimento, mas realmente successivo. E com esta successão real conforma-se o plano do *Ratio Studiorum*. Na grammatica domina a memoria, na literatura a imaginação, nas sciencias o entendimento (RODRIGUES, 1917, p. 131).

A complexidade do aprendizado é crescente, respeitando-se, informa Rodrigues, as etapas de amadurecimento do próprio estudante. A busca de uma uni-

dade perfeita no processo de formação é o objetivo do **Ratio**, e isso se dá pelo método da concentração, em que um determinado eixo era o agrupador de todas as matérias: no curso de Letras o “latim era o centro principal da instrução, em torno do qual se agrupavam as outras matérias”; no segundo curso era a filosofia e no terceiro a teologia como “rainha à qual serviam á maneira de ancillas as mais artes e sciencias” (RODRIGUES, 1917, p. 132).

A formação técnica

Bem ao gosto do movimento de reforma católica, os futuros padres da Companhia de Jesus deveriam passar por um preparo técnico do ofício de *dizer missa*. Uma das principais críticas que se faziam ao clero católico no período pré-reforma dizia respeito exatamente ao despreparo de muitos deles no seu principal ofício que era a missa, sendo poucos, segundo documentos da época e historiadores, os que sabiam latim com perfeição⁹. Por isso tal função era reputada como importante.

A preocupação para que os jesuítas fossem, acima de tudo, bons no ofício de *dizer missa* era tão grande no seio da Companhia que essa questão aparece até nas **Constituições**. Na parte dedicada à educação do futuro padre há a prescrição de que eles deveriam seguir, dentro das possibilidades, o mesmo rito, mesmo nas mais variadas regiões e situações havia a preocupação com a unidade ritualística da missa, bem como com a postura do padre que deveria ser edificadora da comunidade:

Primeiramente aqueles que o Superior julgar que devem ser promovidos às sagradas Ordens aprendam a dizer missa, não somente como compreensão e devoção interior, mas com compostura exterior que edifique os assistentes. Todos na Companhia seguirão, quanto possível, as mesmas cerimônias, conformando-se, tanto quanto permitir a diversidade das regiões, com o ritual romano, como o mais universal, e especialmente adaptado pela Sé Apostólica (Constituições, 1997, p. 138, [401]).

Na continuidade há a indicação de se preparar tecnicamente para o exercício da celebração da missa, incluindo os exercícios de impostação de voz:

C. Os meios próprios [para o exercício de dizer missa] são: ter lido os princípios sobre a maneira de pregar, dados por aqueles que se distinguiram neste ofício, e escutar os bons pregadores; exercitar-se a pregar em casa ou nos mosteiros; ter um professor que note os defeitos quanto ao assunto da pregação, à voz, ao tom, aos gestos e às atitudes. E refletindo em seguida dentro de si sobre o que fez, pode ainda ajudar-se mais de tudo isto (Constituições, 1997, p. 139, [405]).

A preparação para ser um bom pregador era necessária na exata medida da importância da própria missa como espaço privilegiado tanto da atuação do sacerdote, como de conversão de evangelização das pessoas e, ainda como espaço privilegiado de controle mesmo das ações da comunidade dos cristãos. Os sermões eram tão importantes como momentos especiais de exortação, de celebração, que era comum reuni-los e imprimi-los na forma de livro, como, por exemplo, os Sermões de Antonio Vieira, que são vários volumes contendo a fala “viva” daquele jesuíta em diferentes situações para distintas platéias.

No **Ratio**, na primeira das *Regras do Professor de Casos de Consciência*, há a indicação de que tal disciplina escolar do curso de Teologia objetivava “formar bons párocos ou administradores de Sacramentos” (1952, p. 156), pois se tratava de uma disciplina que, ao se discutir casos concretos de pecados e erros e os graus de profundidade e comprometimento do cristão, adquiria um aspecto prático bem ressaltado; portanto, era a seara prática do sacerdote especialmente na administração do sacramento da confissão, tornando-se um espaço privilegiado de ação sacerdotal.

Nesse sentido, Miller (1946) mostra que após a Igreja ter determinado, no século XI, a obrigatoriedade da confissão ao menos uma vez ao ano, este espaço se tornou tão importante que incrementou uma nova linha na Moral da Igreja responsável pelos casos de consciência. Na modernidade vários são os padres das inúmeras ordens religiosas que escreveram manuais de casos de consciência, conhecidos como manuais moralistas casuísticos, procurando cercar da forma mais detalhada possível, os pecados em seus mais diversos atenuantes ou agravantes.

O casuísmo, ainda segundo Miller, apesar de ser objeto de preocupação de várias congregações religiosas e da Igreja como um todo, atingiu uma grande importância somente com os jesuítas, pois contando com vários teólogos moralistas escrevendo inúmeros manuais de consciência, “em breve, já não devia existir nenhuma outra ordem religiosa que pudesse exibir tantos autores moralistas como a dos jesuítas, e os teólogos mais famosos da Companhia de

Jesus redigiram grandes obras sôbre a casuística moral” (MILLER, 1946, p. 198).

Assim, dois espaços privilegiados da atuação dos futuros padres jesuítas eram objeto de preocupação já desde a formação deles: a missa e a confissão; dois espaços que deveriam ser de edificação para os cristãos e que serviam de controle da comunidade por parte do padre. Esses momentos especiais, no entanto, não sofriam mudanças em sua forma ou conteúdo, fossem em Portugal, nas Índias ou no Brasil, ou a rigor, em qualquer lugar. A preparação técnica poderia ser aperfeiçoada, mas não mudava muito, diferentemente da formação prática para os assuntos relativos às missões, os quais exigiam sempre novas coisas a serem aprendidas.

A formação do missionário

A preparação para as missões começava cedo na Companhia de Jesus, pois já no curso de Letras ou Humanidades havia espaço para se estudar generalidades, com o título ilustrativo de erudição:

Para alargar mais a conveniente instrução do alumno e dar como que um verniz brilhante á formação literária, patenteia o *Ratio* um campo vastissimo que elle distinguiu com o nome de erudição, na qual o professor experimentado e erudito, sem desconcertar a unidade do plano, enriquecia o espirito com uma variedade immensa de conhecimentos uteis e agradaveis. Neste campo entrava muito á larga a chronologia, a historia, a geographia, os usos e costumes das gentes, a noticia biographica e literaria dos auctores, noções de varia literatura, mythologia e technologia e quanto pudesse concorrer

para formar um espírito ilustrado (RODRIGUES, 1917, p. 45-46).

Estes assuntos seriam vastamente encontrados nas terras das missões, existindo sempre a preocupação em entender a história, a geografia, os usos e costumes das gentes, a mitologia etc. dos gentios a serem catequizados¹⁰. De certa forma, esses estudos que aguçavam a imaginação dos estudantes jesuítas, já os preparava para atribuir importância a estes temas quando missionários.

Os futuros missionários em terras lusitanas eram forjados em Coimbra, onde além de toda a formação rigorosa e escolástica também havia a preparação específica para as missões. Numa carta para Loyola, datada possivelmente de 25 de abril de 1553, Cipriano Suárez mostra a relevância dos estudos conimbricenses para as missões:

Passo agora a referir-me à partida dos meus Caríssimos irmãos, para o Brasil e para a Índia. São em tão grande número, tão exercitados não só no estudo das letras, mas também na meditação das coisas divinas, e tão experimentados além disso em ouvir confissões, administrar os sacramentos e aplicar-se a outras ocupações salutaras deste gênero, que há-de mitigar a nossa saudade o bem que vão fazer a essas nações (LEITE, 1956, p. 465-466).

Talvez o aspecto mais interessante do preparo intelectual e técnico do futuro missionário jesuíta seja a imersão na história e cultura do povo a ser evangelizado, imersão que principiava pelo domínio da língua nativa. O idioma aborígene era aprendido, sistematizado e impresso pelos padres pioneiros nas missões e passava a servir como

material próprio de estudo nos colégios, dentre os quais o de Coimbra.

A quarta parte das **Constituições**, a que trata justamente da educação do futuro jesuíta, mostra que já era fato na Companhia que algumas universidades e colégios teriam o encargo de formar os agentes missionários, sendo previsto, para tanto, uma formação especial inclusive no aprendizado das línguas nativas:

B. Quando em um colégio ou universidade se projetasse formar pessoas para serem enviadas aos mouros, ou aos turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para ir aos hindus, o hindi. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderiam ser mais úteis em outras regiões (Constituições, 1997, p. 148, [449]).

O aprendizado da língua da região onde se está a missionar tornou-se uma necessidade prática tanto para os pioneiros quanto aos futuros missionários. Em carta de João de Melo para Gonçalo Vaz, preposto da casa de S. Roque da Companhia de Jesus em Lisboa, datada de 13 de setembro de 1560, é relatado que o padre Luis da Grã, Provincial do Brasil, obrigava a todos os da casa a ler a *Arte da Língua Brasileira* composta pelo padre José de Anchieta, informando que “desta lição nem reitor, nem pregador, nem uma outra pessoa é isenta”, pois vai “a coisa tão deveras que há quem diga que dentro de um anno se obriga, desoccupado, falar a língua: nem eu com ser dos mais inhabeis perco a esperança de sabel-o” (NAVARRO, 1988, p. 279).

A *Arte da Língua Brasileira* de Anchieta, depois de ser muito utilizada no Brasil como manual para se aprender a língua dos gentios – daqueles mais próximos

aos jesuítas –, foi impresso em Portugal e passou a servir também como manual para preparar os futuros missionários em terras brasileiras.

Em 14 de outubro de 1565 o secretário Polanco informa o Provincial português Leão Henriques, que o Geral Francisco de Borja solicita que os provinciais do Brasil e da Índia mandassem vocabulários das línguas locais para Coimbra para que

(...) los nuestros, que speran hay el tiempo en que han de passar par'aquellas partes, se puedan començar exercitar en la lengua de aquella parte a donde han de ser embiados, y nel tempo [sic] que se navega, y suele ser bien largo, también se podrá ser sobrasse tiempo [sic] para esto (In: LEITE, 1960, p. 283).

Baptista (2003) informa que em 1593 o jesuíta Luís Fróis, missionário em terras nipônicas, estava escrevendo uma História do Japão – a qual foi publicada poucos anos depois – e sua finalização fora recomendada pelo Visitador Alexandre Valignano para que pudesse ser útil aos futuros missionários. O livro de Fróis não era simplesmente uma obra individual, mas uma obra que tinha de ser coletiva, pois seu objetivo era exatamente facilitar as missões naquelas terras.

Os colégios fundados nas terras de missões adquiriam a característica de preparar tecnicamente o missionário por meio do estudo da cultura do povo a ser evangelizado, principalmente pelo conhecimento e domínio das línguas locais. Morais (1997) informa, por exemplo, que o colégio de S. Paulo, em Goa, que foi entregue à Companhia de Jesus em 1541, passando

a se chamar também de Seminário da Santa Fé e com o tempo começou a abrigar estudantes hindus, japoneses, chineses etc., e neste colégio "*os orientais são habilitados a pregar o evangelho nas suas próprias línguas*" (1997, p. 46). A Companhia de Jesus chegou à conclusão, com o tempo, de que a pregação em língua vernácula abreviava muitas vezes o caminho da conversão.

No colégio de Macau, fundado em 1594, também havia uma organização específica que visava ao preparo técnico do jesuíta para a missão em terras chinesas:

(...) No colégio de Macau, os missionários jesuítas aprendiam, agora, tôdas as sutilezas das expressões idiomáticas chinesas da classe culta, da mesma maneira que o dialeto da gente simples; estudaram a complicada escrita ideográfica e apropriaram-se, por meio de numerosos livros, de conhecimentos básicos da história, dos costumes, das leis e da literatura da China (MILLER, 1946, p. 271).

Aprender as línguas orientais e deixar os estudantes nativos pregarem em suas línguas-mãe não significava, no entanto, que o conteúdo era também oriental, ou seja, que a cultura oriental ou hindu, dependendo do caso, ia no esteio da língua, pois nestes mesmos colégios, a cultura que se respirava e se aprendia era a cristã ocidental. É claro que o futuro padre jesuíta que era nativo não perdia toda sua história e sua cultura como homem ligado às suas tradições e a sua terra, porém, justamente para se tornar um padre era preciso que ele fosse "imerso" na religião cristã e, por conseqüência, em todos os seus valores, próprios da cultura ocidental. Aliás, o colégio jesuíta nas terras em missão é, exatamente,

como um espaço desta “imersão” para os estudantes nativos, fato que se pode ver na carta de Luís Fróis ao Geral Acquaviva, escrita de Macau em 03 de janeiro de 1594:

Quanto à fábrica do colégio para nele se criarem os irmãos japoneses como tão bem escreve o Pe. Visitador a Vossa Paternidade não foi sem grande consideração o que no Japão e na Congregação se fez e se tem tratado desta matéria porque ventilada com muita ponderação não se achou remédio mais eficaz que isto para reduzir os irmãos japoneses ao objetivo que a Companhia deles pretende de tirá-los de seu Reino costumes e conversas para melhor se domesticarem e se unirem com os nossos da Europa. E são tantas as utilidades que deste *adventum* se pode seguir assim para a sólida direção dos irmãos japoneses em virtudes e letras e para o bem universal da cristandade e ainda, também, desta missão da China quando Nosso Senhor for servido de se abrirem as portas, que não se há visto meio mais eficaz e em todo acomodado ao objetivo da Companhia como a fundação deste colégio (...) (BAPTISTA, 2003, p. 03).

O aprendizado das línguas nativas das terras em missão não era a única preocupação que o jesuíta deveria ter em termos de dominar o vernáculo. Havia uma orientação do Geral Loyola de que todos os jesuítas onde quer que se encontrassem se esforçassem para dominar o vernáculo, aprendendo não só a falar, mas também a gramática da língua. Essa orientação está em uma carta de 1 de janeiro de 1556, de Polanco, a mando de Loyola, para os membros da Companhia:

Y por eso ha mandado nuestro Padre que en todos los lugares dondes se halla da Compañia hablen todos la lengua de la tierra; si en España, española; si en Francia,

francesa; si en Alemania, alemana; si en Italia, italiana, y asi de las demas. Y aqui en Roma ha ordenado que hablen todos la lengua italiana; y a fin de que la aprendan los que no la saben, todos los dias hay lección de gramatica italiana (*Cartas de San Ignacio de Loyola*, Madrid, 1889, t. VI, p. 95) (FRANCA, 1952, p. 62).

A Companhia de Jesus adquiriu com o tempo uma dupla caracterização no que concerne à sua estrutura: ela era universal e nacional ao mesmo tempo. Universal no sentido de ser um instituto religioso único, organizado verticalmente e presidido em última instância pelo próprio Papa, e sua universalidade era expressa no aprendizado e utilização corrente do latim; era nacional no sentido de se inserir no contexto local de sua atuação, sujeitando-se aos ditames dos mandatários locais, e sua nacionalidade expressa no aprendizado e utilização corrente do vernáculo.

O conhecimento novo era adquirido como condição para a melhor preparação para as missões e, também, para uma atuação mais eficiente nas terras de expansão do cristianismo. A formação do futuro jesuíta agregava novos saberes ao rigor escolástico e, dessa forma, forjava, com competência, os padres reformados prontos para irem onde seus superiores os mandassem.

A Companhia de Jesus em sua organização interna dificilmente perdia o rigor em qualquer de suas atividades, porém, é inegável que a preocupação com a formação dos futuros padres jesuítas era corrente e tida como assunto de máxima importância – o **Ratio Studiorum** é o exemplo perfeito – pois era o momento e o espaço próprio para

garantir que a *Societas Iesu* continuasse a ter em seus quadros padres, acima de tudo, competentes e moralmente ilibados, como verdadeiros instrumentos de uma igreja que estava se reformando e para um catolicismo que estava se expandindo.

Notas

¹ Millett informa que a instituição dos seminários é uma norma moderna dentro da Igreja, pois antes não havia essa preocupação, não se sabendo ao certo onde e quando os seminários foram instituídos, se na Espanha ou Granada ou mesmo com o bispo Giberti em Verona, ou “talvez derivasse de um plano reformador do cardeal Pole, que imaginou uma ‘sementeira’ (**seminarium**) para a preparação dos sacerdotes” (p. 28).

² Nas **Normas Complementares**, que compõem as **Constituições da Companhia de Jesus** e são atualizações das Constituições originais, a exigência diminui para um exame compreensivo de teologia diante de três examinadores. É interessante como, com o passar do tempo, o rigor foi sendo diminuído.

³ Francisco Rodrigues é o historiador oficial da Companhia de Jesus para as províncias portuguesas, sendo o equivalente ao que representa Serafim Leite para a história dos jesuítas no Brasil.

⁴ É interessante esse aspecto na medida em que a Companhia não poderia ser acusada de usar de violência física e que quando de tal necessidade, a sociedade em geral, na pessoa do Corretor, é que faria a repreensão ao mau estudante. Poder-se-ia arriscar uma comparação deste aspecto da educação jesuítica com a Inquisição no que concerne ao fato de que

quando o réu era julgado culpado e deveria ser queimado, não eram os inquisidores ou qualquer outro eclesiástico que executava a sentença, pois o réu era relaxado para o braço secular e quem de fato executava a sentença era algum oficial ou funcionário civil.

⁵ O termo “quadro” é utilizado aqui no sentido que os partidos de esquerda da atualidade lhe deram, ou seja, das pessoas pertencentes a uma organização, no caso a Companhia de Jesus, mais destacados nas mais diversas áreas da atuação social.

⁶ Não foi possível investigar a fundo esta consideração, mas creio que se pode inferir que no século XVI, com Vitória, Suares e Molina, principalmente, algumas questões do tomismo foram revistas, principalmente as que diziam respeito ao direito positivo e ao direito das gentes.

⁷ Francisco Rodrigues apresenta a organização de estudos da Companhia já definida na forma do documento *Ratio Studiorum*. É importante lembrar que tal documento teve sua redação final após pelo menos 50 anos de experiência e de “rascunhos”.

⁸ Uma das características da Companhia de Jesus foi a formação de matemáticos, físicos, astrônomos, ou seja, formação de cientistas físico-naturais. Para um conhecimento mais pormenorizado sobre esse assunto, ver os textos de Miller (1946) e Rodrigues (1917). Se pensarmos que à época não havia a especialização da ciência, pode-se admitir que a formação filosófica contribuía para uma espécie de polimatia entre os jesuítas.

⁹ Apenas para lembrar, as missas naquela época eram rezadas em latim, fato esse que somente foi mudado na Igreja Católica com o Concílio Vaticano II na década de 60 do século XX, pois, a partir de então, as missas passaram a ser rezadas no vernáculo.

¹⁰ A famosa carta de Anchieta de 1560, por exemplo, descreve a fauna e a flora do Brasil, bem como os costumes dos índios e suas lendas.

Referências

ANCHIETA, José de. *Cartas – informações, fragmentos históricos e sermões*. Cartas Jesuíticas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

BAPTISTA, António. *A correspondência de Luís Fróis*. Disponível em: <<http://www.loriente.com/rm2000junhog.html>>. Acesso em: 11 set. 2003.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Corrente de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. (edição recebida via internet)

LEITE, Serafim (Org). *Monumenta Brasiliae*. Volume I (1538-1553). Roma: A Patribus Eiusdem Societatis Edita 1956. Monumenta Historica Societatis Iesu. v. 79; Monumenta Missionum Societatis Iesu. v. X; Missiones Occidentales.

_____. *Monumenta Brasiliae*. Volume IV (1563-1568). Roma: A Patribus Eiusdem Societatis Edita, 1960. Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 87.

MENDES, António Rosa. *A vida cultural*. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal – no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Terceiro volume. Lisboa: Estampa, 1993.

MILLER, René Füllöp. *Os Jesuítas, seus segredos e seu poder*. Porto Alegre: Globo, 1946.

MORAIS, Carlos Alexandre. *Cronologia geral da Índia portuguesa – 1498-1962*. Lisboa: Estampa, 1997. 2. ed.

MULLETT, Michael. *A Contra-Reforma e a reforma católica nos princípios da Idade Moderna européia*. Lisboa: Gadiva, 1985.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

NAVARRO, Azpilcueta & outros. *Cartas avulsas – 1550-1568*. Cartas Jesuíticas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

RODRIGUES, Francisco. *A formação intelectual do jesuíta – leis e factos*. Porto: Magalhães & Moniz, 1917.

Recebido em 11 de agosto de 2005.

Aprovado para publicação em 04 de outubro de 2005.